

DESENVOLVIMENTO DO JUÍZO MORAL EM CRIANÇAS DE 3 A 10 ANOS ATRAVÉS DA INTERAÇÃO COM O GRUPO ESCOLAR

KLIEMANN, Marciana Pelin – UNIPAN
marciana@unipan.br

DAMKE, Anderléia Sotoriva – FASUL/UNIPAN
sotodamke@yahoo.com.br

GONÇALVES, Josiane Peres – PUCRS/UNIPAN
josianeperes@unipan.br

SZYMANSKY, Maria Lídia – UNIOESTE/UNIPAN
szymanski@hotmail.com

Área Temática: Teorias, Metodologias e Práticas
Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

Resumo

O juízo moral é a padronização de normas e regras impostas pelo grupo social, necessária à vivência em grupo principalmente para que o indivíduo possa inserir-se nos mais variados locais, apresentando respeito e organização. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é entender como se processa o juízo moral desde o início da vida do ser humano até os 10 anos, dispondo a pergunta: é possível a criança ter autonomia sem romper limites? É preciso entender como se desenvolve e se processa o juízo moral, verificar como se dá a moral em alunos das séries iniciais pautando-se nos autores como Piaget, Kamii, e La Taile, enfatizando a pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, onde foram pesquisados três grupos diferentes de alunos na faixa etária de 3, de 5 a 6 anos e de 9 e 10 anos, todos com dez crianças, quanto ao julgamento moral e o respeito as regras na sala de aula e na implementação de jogos. Também foram pesquisados 5 professores a respeito do tema com questões subjetivas, investigando assim se os professores possuem conhecimento sobre o estudo realizado. Com relação aos alunos observados, confirmou-se a existência do desenvolvimento do juízo moral por fases, conforme a idade da criança e suas ações mediante a autonomia e do respeito a regras os remetem ao juízo moral e na clareza de alternativas para o cumprimento de normas e realização de jogos envolvendo variadas regras. Quanto aos professores, percebeu-se que não tinham conhecimento a respeito das fases do desenvolvimento moral, evidenciando que é importante que os docentes tenham estas noções para que possam orientar adequadamente os alunos que estão em fase de formação.

Palavras-chave: Juízo Moral; Ser Humano; Regras.

Introdução

Desde que nasce a criança encontra-se em constante processo de desenvolvimento e sua interação com o meio físico e social possibilita que adquira conhecimentos que são

aceitos pela sociedade na qual está inserida. Esta apropriação de conhecimento se dá tanto pelas relações estabelecidas no ambiente familiar, escolar e na sociedade como um todo.

Através das diversas experiências a criança vai se apropriando das normas e valores presentes na sociedade, formando assim a sua consciência ou juízo moral. Não se trata de um acontecimento imediato, mas de um processo que vai ocorrendo durante toda a fase da infância. Dessa forma, é importante conhecer como se dá esse processo de construção da moralidade e como tem acontecido na prática no contexto da educação escolar, conforme será apresentado na seqüência deste trabalho.

A Formação do Juízo Moral

O ingresso da criança no universo moral se dá pela aprendizagem de diversos valores e deveres a eles impostos tanto pelos pais quanto por adultos em geral. Não mentir, não pegar as coisas dos outros, não agredir fisicamente nem oralmente. Num segundo momento tal imposição é possível na fase da heteronomia da criança.

De fato, a moralidade humana é o palco por excelência onde a afetividade e a razão se encontram sob a forma de conjunto. Em 1932, no início de sua carreira de epistemologia e de psicologia, Jean Piaget, publicou *Le Jugement Moral Chez L'infant*. Nele não se encontram conclusões definitivas, reflexões completas, conceitos lapidados, mas retoma uma mesma idéia, procurando dar-lhe um contorno significativo sobre juízo moral. Para Piaget *apud* La Taille (1992), toda a moralidade, deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por regras. O autor refere-se aos jogos coletivos de regras responsáveis paradigmática para a moralidade humana.

A evolução da prática e da consciência da regra pode ser dividida em três etapas, que são: a anomia, criança de 5 anos até 6 anos de idade que não seguem as regras coletivas, a segunda etapa é a da heterônoma criança de 9 até 10 anos de idade, agora se nota um interesse em participar das atividades coletivas, e a terceira e última etapa que inicia-se aos 10 anos é a da autonomia, suas características correspondem à concepção adulta do jogo.

A fase subsequente de autonomia moral consistirá na superação do realismo. Para o autor Durkheim *apud* La Taille (1992), todo ato moral envolve obrigatoriamente dois aspectos: o dever e o bem. O dever corresponde ao sentido de obrigatoriedade que se

experimenta perante uma regra moral, o sentido de obrigatoriedade, portanto o dever e a sociedade estão também dentro de nós.

Ainda sobre Durkheim percebe-se que o autor aborda a questão da autonomia moral enquanto razão do indivíduo e que a mesma não é legisladora das leis do mundo físico, a autonomia significa querer deliberadamente, ou seja, com conhecimento de causa, o que a sociedade criou e nos impôs dessa concepção retirando algumas decorrências no que tange à educação moral.

A educação moral não deve se restringir a uma aula específica, mas sim estar a todo o momento, integrada a toda vida escolar, pois é parte integrante da vida coletiva. O desenvolvimento moral da criança depende da ação dos adultos, dos pais e, sobretudo dos mestres na escola “Do mestre que tudo depende”, escreve o autor. (LA TAILLE, 1992).

A partir daí a necessidade de pensar adequadamente de como envolver ações que primam pelo desenvolvimento moral do sujeito e quais as determinações serão seguidas, as regras remetem ao respeito ou ao desrespeito, o cumprimento então dependerá da importância dada a estas regras e a intervenção dada pelo adulto, seja este responsável ou professor e na condição de autoridade e não autoritarismo, buscando desenvolver na criança o espírito de disciplina ou o gosto pela regularidade.

Para Durkheim *apud* La Taille (1992), os castigos corporais são extremamente agressivos e dotados de insucessos que por hora não passam para a criança o valor moral e sim a agressão em troca de regras ou simplesmente o condicionamento das crianças de forma a agir corretamente por medo das conseqüências desagradáveis do castigo. Seu efeito deve incidir diretamente na consciência da criança, pois é necessário desenvolver na criança o apego aos grupos sociais (caráter de desejabilidade da regra moral).

É possível perceber uma consonância dos estudos de Piaget (1977), com Durkheim para explicar o início do desenvolvimento moral da criança. Para Durkheim, na moral da heteronomia, o respeito pelas regras morais é realmente inspirada pelos sentimentos de amor, medo, sagrado. No entanto tais sentimentos desaparecem da moral da autonomia quando o respeito unilateral anterior é substituído pelo respeito mútuo, enquanto para Piaget o que move as ações da moral autônoma é este sentimento, todo racional, que é o da necessidade.

Para Piaget (1977), a lógica é uma moral do pensamento, como a moral é uma lógica da ação, enquanto que Durkheim identifica uma só moral, e um mesmo afeto. Piaget por sua vez identifica duas morais, na primeira identifica, afetos básicos, como medo e o amor, na

segunda, contudo desaparecem referências e afetos, permanecendo apenas a noção de necessidade, produto genuíno da razão, no campo moral, por conseguinte, o afeto dobrar-se-ia para a razão, ou melhor, evoluiria de certa forma dirigida pela razão.

É possível afirmar então que, se alguém deseja compreender alguma coisa a respeito da moral da criança deve ter em mente que toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda a moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire essas regras. Uma vez que as regras morais que a criança aprende a respeitar lhes são transmitidas pela maioria dos adultos, as crianças já as recebem elaboradas e quase sempre nunca na medida de suas necessidades e de seu interesse, daí a dificuldade do respeito da criança pelos seus próprios pais.

A criança é influenciada pelos pais desde o berço, submetida às múltiplas disciplinas, e antes de falar toma consciência de certas obrigações. O importante é simplesmente aprender a orientação do espírito infantil. Para Piaget (1977) a criança não tem convicções já formadas a respeito da origem das regras, suas idéias constituem apenas indícios de sua atitude profunda.

Do ponto de vista da prática das regras, Piaget distingue quatro estágios sucessivos, que são: um primeiro estágio puramente motor e individual, onde a criança não segue regras nas brincadeiras, sendo estas puramente individuais. A criança procura compreender a natureza das regras e acomodar em um jogo de bolinhas. Por exemplo, seus esquemas motores a esta realidade, nova para ela. É importante notar o simbolismo que se insere imediatamente nos esquemas motores da criança. No que se refere à regra motora ou ritual, ela comporta seguramente algo de comum com a regra é a consciência da regularidade.

Quanto a criança de 10 a 12 meses ou de dois a três anos em repete certo comportamento, tão prazerosa e satisfatória é a alegria dos adultos, mas é necessário segundo Piaget distinguir cuidadosamente esses comportamentos, nos quais intervém apenas o gosto pelo que é regular, dos comportamentos de obrigação, que resulta um caráter novo que é aquele da regra, podendo variar segundo o tipo de respeito que predomina intervindo a qualquer momento um elemento de submissão que não estava incluído no simples ritual.

Diante de um jogo durante o 2º estágio do desenvolvimento humano que se prolonga naturalmente, o sinal é geral e abstrato, o símbolo é individual e motivado, para que o sinal suceda ao símbolo é preciso que uma coletividade despoje a imaginação dos indivíduos que ela apresenta como fantasia pessoal, para elaborar um conjunto obrigatório e comum de

imagens, a par do código das próprias regras. Para concluir a análise do 1º estágio frisa que antes do jogo em comum, não poderia haver regras propriamente ditas. Neste estágio já existem regularidades e esquemas ritualizados, mas tais rituais, sendo obras do próprio indivíduo não podem provocar uma submissão a algo superior ao eu, submissão que caracteriza o aparecimento de toda regra.

O segundo estágio é para Piaget (1977) o do egocentrismo, que surge como uma conduta intermediária entre as condutas socializadas e as puramente individuais. O adulto exerce pressão sobre o pensamento infantil desde que haja o intercâmbio verbal, a criança começa a se socializar em certo sentido, desde o fim do primeiro ano, mas o adulto muitas vezes impede esta socialização. Assim, a própria natureza da relação entre a criança e os adultos colocam a criança em uma situação à parte, de tal forma que seu pensamento permanece isolado e mesmo acreditando compartilhar do ponto de vista de todos, a criança fica, de fato, fechada em seu próprio ponto de vista. Isto implica num egocentrismo intelectual inconsciente, favorecido pelo egocentrismo espontâneo característico de toda consciência primitiva.

Para os cientistas o início do jogo social na criança é caracterizado por um longo período de egocentrismo. De um lado a criança é dominada por um conjunto de regras e exemplos que lhe é imposto de fora. Mas por outro lado, não pode ainda se situar num pé de igualdade, frente aos mais velhos, sem se dar conta de seu isolamento, que conseguiu aprender da realidade social ambiente. Tal fenômeno vem, naturalmente, explicando porque o egocentrismo intelectual é tão mais resistente que o egocentrismo em ato.

O terceiro estágio: dos 10 anos, em média, exige uma condição diferenciada, desde a segunda metade do estágio da cooperação e durante todo o estágio da codificação da regra. Os adultos exercem poder sobre as crianças usando recompensas e castigos, e são precisamente essas sanções que mantêm as crianças obedientes e heterônomas. (KAMII, 2001 p.108)

A heteronomia sucede a autonomia: a regra do jogo se apresenta a criança não mais como uma lei exterior, sagrada, imposta pelos adultos, mas como o resultado de uma livre decisão, e digna de respeito na medida em que é mutuamente consentida.

A criança deixa de considerar as regras como eternas e como sendo transmitidas como tais através das gerações. Para Piaget (1977) o interesse psicológico e pedagógico das regras do jogo de bolinhas, por exemplo, está presente em uma realidade social, racional e moralmente organizada, e, no entanto, de uma realidade especificamente infantil aprendendo

através da cooperação e da autonomia, união que sucede aquele do egocentrismo: ela o encobre e o disfarça, quando não o reforça, até diretamente.

É a partir dos 10 anos, que se efetiva esse terceiro estágio o que se refere à consciência da regra. É uma idade em que à prática das regras, se complica pouco a pouco com a necessidade de codificação e aplicação integral da lei. Será a consciência e autonomia que nos conduzirá ao respeito prático da lei, ou é o respeito à lei que nos levará ao sentimento de autonomia? A regra torna-se para a criança, condição necessária do entendimento conduz da universalidade moral e da generosidade, indicio da união da autonomia com o verdadeiro respeito à lei.

A idéia de justiça é confundida com a idéia de lei e com a de autoridade. A justiça existe enquanto os deveres são cumpridos. Os deveres costumam vir sob uma forma pronta e acabada, e como imperativo a serem obedecidos. A justiça representa mais um ideal, uma meta, portanto algo a ser conquistado, um bem a ser realizado (TAILLE, 1992 p. 53).

Os hábitos se apuram, pouco a pouco, em função de um ideal superior ao costume, porque resulta do próprio funcionamento da cooperação, as crianças consideram as inovações propostas como mais ou menos justas, na medida em que são suscetíveis.

Piaget (1977), cita que procurou opor a criança do adulto civilizado em nome de suas respectivas atitudes sociais: o bebê (no estágio da inteligência motora) é associal, a criança egocêntrica é objeto de coações, mas pouco inclinada à cooperação, o adulto civilizado contemporâneo apresenta o caráter essencial de uma cooperação entre personalidades diferenciadas, considerando – se iguais entre si; os sentimentos morais estão todos ligados ao respeito que os indivíduos sentem um pelos outros, o respeito mútuo aparece, portanto, como a condição necessária da autonomia.

Metodologia

O presente artigo faz menção ao desenvolvimento da criança, na perspectiva moral, desde o egocentrismo até o julgamento e o cumprimento das normas, a fim de verificar como se dá este processo. Desta forma, foi realizada uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, onde foram observados três grupos diferentes de alunos, sendo crianças na faixa etária de 3, de 5 a 6 anos e de 9 e 10 anos, todos os grupos contendo dez crianças. Também foram pesquisados 5 professores, através de um questionário com questões subjetivas,

visando saber se possuíam conhecimento em relação ao processo de construção do juízo moral. Por fim, foi realizada uma atividade de intervenção, com a participação de todos os professores da escola pesquisada, buscando contribuir para que obtivessem maior conhecimento sobre o tema abordado neste estudo.

A primeira turma observada foi do maternal II, as crianças estão com 3 anos e no geral pode-se dizer que todos são calmos em relação ao comportamento. Alguns são mais tranquilos, revelando-se assim mais obedientes. A primeira atividade do dia não segue necessariamente uma norma: as crianças sentam-se no colchão e cantam uma música, ou a professora conta uma história. Depois fazem uma atividade pedagógica e após o lanche brincam no parque; obedecendo as regras impostas pela professora durante as atividades propostas, de acordo com Carmichael (1978), a socialização é um importante momento da primeira fase da criança na escola, sendo que a partir dela as interações se dão a partir do respeito mútuo, envolvendo portanto, diretamente o juízo moral.

Uma ocorrência a qual merece destaque foi um aluno que falou muitos palavrões, na hora do lanche. Essa manifestação surgiu porque ele queria comer bolo e iogurte de uma outra aluna. A professora dividiu o lanche citado, contudo neste momento o aluno recusou-se a sentar à mesa com os demais, então a professora perguntou à ele: “Onde você deve ficar para ganhar o lanche?” Logo ele correu e sentou-se a mesa que tinha a toalhinha com seu nome, reconhecendo assim as normas e regras daquele momento.

A professora relatou que no início das aulas, cobrava muito o silêncio e a disciplina das crianças, então chegou a conclusão que agia errado, pois as crianças não a escutavam e nem estavam obedecendo-a nos momentos solicitados.

Então resolveu mudar a maneira de tratar os pequenos, deixando-os mais a vontade para conversar e brincar não alterando-se mais devido a falta de disciplina, percebendo com isso que passaram a obedecê-la melhor .

Mediante a ausência da professora por alguns instantes foi possível observar o comportamento das crianças, então foram flagradas crianças combinando uma brincadeira de correr de um canto ao outro da sala e se jogar no colchão disposto no local. O aluno que antes havia falado palavrões disse aos colegas: “Vocês não podem segurar na roupa e nem empurrar”, estabelecendo assim regras para aquela brincadeira. A professora solicitou para as crianças imitarem um trenzinho para irem ao parque, todos saíram correndo e fizeram uma fileira, já estavam saindo quando a professora perguntou:-“Quem deixou vocês saírem?”

Neste momento todos voltaram correndo e ficaram esperando até a segunda ordem da professora para poderem ir.

Na hora de brincar, todos sabiam que não poderiam jogar areia no colega; sendo possível neste momento observar o cumprimento das normas propostas pela professora. Observou-se que a todo o momento a professora precisa intervir nas brincadeiras, lembrando as crianças do que pode ou não fazer, não podendo permanecerem sem a presença de um adulto.

Para Piaget (1977), as crianças são influenciadas pelos adultos desde pequenas e são submetidas às múltiplas disciplinas. Elas não têm convicções já formadas a respeito da origem das regras e suas idéias constituem apenas indícios de sua atitude profunda.

No caso das crianças observadas, na hora de voltar para a sala a professora precisou lavar as mãos e o rosto de cada criança, pois se fossem lavar sozinhos se molhariam, neste caso mesmo sem perceber a professora tirou a autonomia de cada criança.

A observação realizada com crianças de 5 e 6 anos, vislumbrou a dificuldade dos mesmos em ficarem sozinhos, pois conversam muito entre si, andam pela sala e chegaram a se ausentar do ambiente, comprometendo a liberdade momentânea. Eles eram totalmente dependentes da professora para realizar qualquer atividade pedagógica, sendo que a todo momento procura mostrar a atividade realizada no momento, mesmo que esta seja apenas uma palavra escrita.

Não mantinham a concentração por muito tempo, quando terminaram a tarefa começaram a conversar sem conseguir se controlar. Um fato a qual mereceu destaque foi um aluno de 6 anos que a todo momento tentava realizar as tarefas dos colegas. Mediante este fato, a professora perguntou: “*Quem é o ajudante do dia?*” Neste momento um menino disse que nunca foi o ajudante, a resposta dada ao questionamento foi proferida pelos colegas; era devido a sua indisciplina e não cumprimento de algumas regras: não ficar andando na sala durante a aula, não conversar com os colegas, não brigar.

Na hora do lanche a professora recolheu os cadernos e todos perguntaram se poderiam arrumar a mesa para lanche. Em caso afirmativo, todos guardariam o que tinham em cima da carteira e colocariam as toalhinhas, deixando a carteira pronta para ser colocado o lanche. Após o lanche na hora de escovar os dentes formavam uma fileira e todos sabiam que teriam que esperar os colegas virem do banheiro (todos em fila) e somente depois a outra fileira poderia escovar os dentes.

De acordo com Piaget (1977), esta é a fase denominada de egocentrismo, que surge como uma conduta intermediária entre as condutas socializadas e as puramente individuais. Neste período, o adulto exerce pressão sobre o pensamento infantil, através intercâmbios verbais, e a criança passa e melhor se socializar de acordo com as orientações do adulto, mas já têm algumas noções do que pode ser feito ou não.

A observação realizada em crianças de 9 e 10 anos propiciou uma visão sobre as crianças já possuem mais autonomia na hora de realizar as atividades como apontar um lápis, ir ao banheiro, ao contrário dos alunos do maternal as crianças fazem a higiene sozinhos. Também a professora não precisava ficar a todo momento pedindo silêncio ou para os alunos ficarem sentados, pois eles já internalizaram esta regra da escola.

Quando foi pedido para abrirem o livro na página solicitada cada um pegou seu livro sem dificuldade. Observou-se que na hora que os alunos queriam ir ao banheiro eles pediam licença e se a resposta fosse negativa eles respeitavam e não iam. Um aluno de repente interrompeu a aula lembrando a professora que já havia passado a hora do lanche. Dentro da autonomia individual, cada aluno pegou seu lanche na bolsa e combinaram o lugar onde comeriam a professora saiu da sala sem se preocupar que os alunos ficariam sozinhos, sendo isto uma confirmação positiva da citação de Gitahy (2000) quando destaca a individualidade do ser humano alcançada já nos primeiros anos de vida, mas encaminhada dentro dos padrões sociais a partir dos seis anos de idade.

Este grupo também foi observado em uma brincadeira, onde foi possível, perceber o cumprimento de normas e regras da brincadeira evidenciando a autonomia que sendo uma das fases do juízo moral, conforme Piaget (1977).

Nesta faixa etária não há necessidade de um adulto organizar as brincadeiras, as crianças mesmo escolhiam quem ia brincar e cuidavam do tempo para que cada um participasse, sabendo o momento certo de sair para deixar todos os colegas participarem também.

No término da aula, todos guardaram seus materiais e se dirigiram para a saída sozinhos, alguns iam embora de bicicleta ou a pé, outros os pais buscavam, evidenciando que todos já desenvolveram sua autonomia.

Observando os alunos de três anos de idade nota-se que realmente estão na fase da anomia, de acordo com Piaget (1997) onde eram totalmente dependentes de um adulto e na ausência do professor, por exemplo, a sala tornava-se de certa forma indisciplinada. Eles

dependiam do adulto até na hora da alimentação, da higiene, das brincadeiras e para desenvolver atividades pedagógicas.

As crianças de cinco e seis anos ainda dependiam dos adultos, ou seja, do professor, mas, se por algum momento este se ausentava da sala, as crianças combinavam alguma brincadeira já percebendo a necessidade de regras.

Com alunos de nove e dez anos de idade confirmando então a fundamentação teórica desta pesquisa onde realmente já possuem autonomia, por exemplo, pegam o material solicitado pelo professor sozinhos na bolsa, continuavam fazendo as atividades quando o professor saía da sala, e até decidiam a brincadeira que o grupo pretendia desenvolver, estipulando as regras e se fazendo cumpri-las.

Após a etapa de observação, 5 professores da instituição foram pesquisados, sobre o desenvolvimento do juízo moral, através de um questionário com questões abertas. Constatou-se que três professores eram formados em Pedagogia e dois tinham formação de Ensino Médio. Nenhum dos docentes demonstrou ter conhecimento sobre o desenvolvimento do juízo moral em crianças.

Através da análise dos dados, foi possível perceber que dois professores consideravam a solidificação da moralidade no espírito da disciplina e respeito e três professores afirmaram que a moralidade se dá através de regras, leis, normas e regras da sociedade. Para dois docentes, a prática e a consciência da regra caminham juntas, enquanto que três acreditavam que pode haver variação de acordo com o contexto social no qual o indivíduo está inserido.

As cinco pessoas pesquisadas consideravam que o juízo moral da criança era uma condição necessária para o entendimento e para o desenvolvimento e ao serem questionados sobre como a família pode propiciar a autonomia da criança todos os profissionais consideraram que através do respeito às opiniões, como resultado de uma livre decisão, mutuamente consentida.

Vale ressaltar que para La Taille (1992), a educação moral não deve se restringir a uma aula específica, mas sim estar a todo o momento, integrada a toda vida escolar, pois é parte integrante da vida coletiva. O desenvolvimento moral da criança depende da ação dos adultos, dos pais e, sobretudo dos mestres na escola.

Quando solicitada à opinião sobre qual a maneira que a escola pode utilizar para ajudar no desenvolvimento moral do indivíduo, dois docentes afirmaram que é ensinando a

diferença entre liberdade e libertinagem e três argumentaram que é conduzindo o indivíduo para sua autonomia compreendendo seus direitos e deveres.

Embora tenham afirmado não ter conhecimento sobre o assunto, os dados indicaram que os professores mais preparados ou que tinham maior conhecimento sobre as fases do desenvolvimento do juízo moral, eram os que tinham formação em Pedagogia.

Após as observações e as análises dos dados coletados na entrevista via questionário surgiu a necessidade de uma prática de intervenção para ser abordada a questão da moralidade dos alunos, passando da fase da anomia, pela heteronomia e posteriormente para a autonomia, pois em consonância com Alberoni (2000), as contribuições positivas provenientes de adultos, só demandam esforço frente ao cumprimento dos direitos e dos deveres, sendo que são esses valores que elencam o juízo moral e o fazer-se entender pelo grupo a qual está inserido.

O desenvolvimento da atividade de intervenção ocorreu por ocasião de uma reunião pedagógica com a equipe de professores, dando assim a oportunidade para que refletissem sobre o tema juízo moral, sobre como o ser humano começa a construí-lo e como se dão as suas fases de desenvolvimento.

No início da apresentação todos os docentes ficaram em silêncio, ouvindo a exposição em relação ao tema abordado. Não houve participação durante a exposição, visto que todos estavam atentos e fazendo anotações por escrito. Quanto o espaço foi aberto para questionamentos houve grande interesse por parte de todos, principalmente em relação a fase da heteronomia que sucede a autonomia por toda nossa vida.

Considerações Finais

Este trabalho buscou algumas contribuições para que os educadores pudessem refletir e melhor entender como se dá o processo de desenvolvimento do juízo moral em seus alunos. Tendo esta compreensão, os professores têm a possibilidade de durante a sua atuação em sala de aula, dar a oportunidade para que as crianças desenvolvam uma autonomia de modo a contribuir na vida própria e na vida social, desenvolvendo a consciência ativa para saber agir em todos os momentos da vida.

Através do presente estudo, foi possível perceber que durante o desenvolvimento do juízo moral a criança desenvolve-se por etapas, que são: a anomia sendo a primeira etapa onde a criança é completamente dependente do adulto e não segue regras coletivas, o

momento de inserção de regras compreensíveis e a questão da pré-adolescência, quando o indivíduo passa a possuir a sua autonomia, mesmo que dependendo em alguns momentos de supervisão a atenção de sujeitos da vida adulta.

As regras são de suma importância para a criança aprender a desenvolver o juízo moral é através delas que aprendem que tudo na vida tem limites, e que todos possuem direitos e deveres, desenvolvendo assim o sentimento do dever e do bem. O sujeito aprendendo a respeitar as regras estará desenvolvendo a prática do juízo moral que é a disciplina e o respeito mútuo.

Para que o professor esteja desenvolvendo uma autonomia crítica na criança existe a necessidade de uma aula dinâmica onde o aluno tenha participação ativa no processo de ensino e aprendizagem, sendo o mediador para que haja aprendizagem de maneira interessada e instigadora.

REFERÊNCIAS

ALBERONI, F. **Valores: o bem, o mal, a natureza, a cultura, a vida**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GITAHY, R. **A moral na era do virtual**. Tese de doutorado. UNESP - Marília, 2000.

CARMICHAEL, A. (org.) **Psicologia da criança, socialização**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1978.

KAMII, C. **A criança e o número**. 11 ed. Campinas: Papirus, 1990.

LA TAILLE, Y et al. **Teorias Psicogenéticas em Discussão: Piaget, Vygotski, Wallon**. São Paulo: Summus, 1992.

PIAGET, J. **O Julgamento Moral na Criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.